

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XVI Legislatura	Reunião n.º 03
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2024.04.10
2024/2025	Hora: 10:30 — 12:45
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	José Pedro Aguiar Branco
Vice-Presidentes	Teresa Morais
	Marcos Perestrello
	Diogo Pacheco de Amorim
	Rodrigo Saraiva
Secretários	Jorge Paulo Oliveira
	Joana Lima
	Germana Rocha
	Gabriel Mithá Ribeiro
Vice-Secretários	Sandra Pereira
	Palmira Maciel
	Susana Correia
	Filipe Melo

GOVERNO

Ministro dos Assuntos Parlamentares	Pedro Duarte
--	--------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PSD	Hugo Soares
	Hugo Carneiro
PS	Alexandra Leitão
	Pedro Delgado Alves
CH	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
IL	Mariana Leitão
BE	Fabian Figueiredo
PCP	Paula Santos
L	Isabel Mendes Lopes
CDS-PP	Paulo Nuncio

DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE PARTIDO

PAN	Inês Sousa Real
------------	-----------------

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) deu início à reunião da Conferência de Líderes (CL) felicitando o Deputado Hugo Soares pela sua eleição como Líder Parlamentar do GP do PSD e saudando também a presença na CL da Deputada Alexandra Leitão, candidata a Líder Parlamentar do GP do PS, na eleição marcada para a presente quarta-feira.

O PAR prosseguiu dando conta de que tinha reunido com os Vice-Presidentes e, em resultado, pretendia transmitir, antes de entrar na ordem de trabalhos (OT) da CL, algumas indicações relacionadas com critérios de gestão de tempo e com o tratamento a dispensar na relação entre todos os Deputados no Plenário.

Assim, no sentido do máximo rigor na gestão dos tempos, assinalou que será vista com os serviços técnicos uma forma de, nos ecrãs de controlo dos tempos, existentes na sala das sessões, passar a aparecer, 30 segundos antes de o tempo terminar, uma luz amarela, que passará a vermelha quando o tempo se esgotar. Haverá depois uma tolerância de 15 segundos, findos os quais o microfone do orador se desligará automaticamente.

O PAR esclareceu que o sistema será aplicável a todos, Governo e Deputados, sem qualquer discriminação, pretendendo-se evitar interpretações subjetivas por parte de quem dirige os trabalhos. Sendo as regras do jogo antecipadamente conhecidas por todos, não haverá dramatismo quanto ao resultado que, em último caso, será o de se desligar o microfone do orador que ultrapassou o seu tempo após a tolerância prevista.

O PAR adiantou que o sistema não era original, existindo noutros Parlamentos, e referiu acreditar que facilitará a imparcialidade na condução dos trabalhos, sem coartar a liberdade de expressão. Mais referiu que teria ainda de ver com os serviços técnicos da AR se seria possível implementar o referido sistema a tempo da apreciação do

Programa de Governo, e solicitou a transmissão a todos os Deputados deste entendimento unânime da Mesa a respeito da gestão dos tempos.

Relativamente às formas de tratamento entre todos os Deputados e perante a Mesa, o PAR deu nota de que, no seu entendimento, os mínimos do tratamento pela positiva passavam pelas formulações “Senhor Deputado” e “Senhor Presidente”, devendo evitar-se o tratamento por “tu” ou “você”, de forma a dignificar o debate parlamentar sem coartar o conteúdo do mesmo, dignificando a casa da Democracia.

O PAR prosseguiu dando nota de que a campanha voltará a tocar no início dos trabalhos, um minuto antes das 15h ou das 10h, no Palácio e no edifício novo, para alertar os Deputados.

O PAR fez ainda referência à verificação do quórum, clarificando que, uma vez fechada, qualquer registo posterior não contará para o quórum de votação. Defendeu ainda a fixação da hora das votações, às 12h, quando estas ocorrem às 6.ªs feiras, de acordo com a norma regimental, para ajudar à gestão dos tempos por parte dos Deputados, apelando ao sentido de responsabilidade para se assegurar o quórum de funcionamento quando o debate prosseguir após as votações.

O Deputado Pedro Delgado Alves (GP PS) adiantou que, nesse caso, se a Ordem do Dia (OD) não tiver sido esgotada até ao momento das votações, o que não se discutir sairá do guião de votações, passando para o guião da semana seguinte. Quanto à hora fixa para as votações, admitiu que pode justificar-se iniciar as votações um pouco mais tarde no caso em que, por exemplo, um debate de urgência acresça à OD de sexta-feira.

A Líder Parlamentar do GP do Livre, relativamente ao critério de gestão dos tempos e, concretamente, quanto à solução de fecho do microfone do orador, referiu que, embora compreendesse que se pretende evitar o prolongamento do uso da palavra pelo orador, o processo lhe parecia muito rígido e defendeu que devia ser gerido pela Mesa e não pré-imposto.

Ainda sobre as novas regras de gestão dos tempos, o Líder Parlamentar do GP do CH defendeu que 15 segundos antes de desligar o microfone era um tempo muito curto e não representava um bom exemplo na casa da Democracia. Sugeriu que a questão fosse coordenada entre o PAR e os quatro Vice-PAR, de acordo com critérios idênticos. Acrescentou que com as votações às 12.00 há o risco de deixar de haver quórum de funcionamento após as mesmas.

O PAR concluiu que a experiência demonstrava que o que estava em causa era uma questão de autodisciplina e responsabilidade, e frisou que as regras eram democráticas, iguais para todos, e que qualquer orador saberá da possibilidade de o microfone se desligar com 45 segundos de antecedência.

A Líder Parlamentar do GP do PCP suscitou uma questão relacionada com a prática de se fazerem pedidos de esclarecimento a um orador que já não dispõe de tempo para responder. Sugeriu que, nesse caso, não devia haver pedido de esclarecimento, sob pena de esse pedido de esclarecimento se transformar numa intervenção que passava à frente de outras.

O Líder Parlamentar do GP do PSD discordou, referindo que se tratava de uma questão de gestão de tempo por cada Deputado e de confronto próprio da dinâmica parlamentar. Acrescentou ainda que não deixar tempo para responder era uma opção cujo contraponto não devia ser cerceado.

O Líder Parlamentar do GP do CH acompanhou o PSD, defendendo que se tratava de jogo político com cobertura regimental.

A Líder Parlamentar do GP do PCP replicou que não havia confronto se o orador não dispunha de tempo e não tinha hipótese de responder.

O PAR concluiu que sendo uma prerrogativa regimental não se podia impedir que acontecesse, mas a questão poderia ser objeto de ponderação em sede de revisão regimental ou havendo algum entendimento conciliatório, não teria nada contra, sendo a favor de se proporcionar a

maior capacidade de debate democrático. O Deputado Pedro Delgado Alves referiu que a questão já tinha sido colocada e discutida anteriormente, tendo a prática sido mantida. A CL tinha ponderado uma solução intermédia, no sentido de, havendo consenso, só serem respondidos os pedidos de esclarecimento formulados antes de o tempo do orador se esgotar (e não após este ultrapassar o seu tempo regimental).

Entrando na OD, o PAR referiu que estando os agendamentos fixados até ao dia 12 de abril, na presente CL podiam fixar-se agendamentos, pelo menos, para os dias 17, 18, 19 de abril e, eventualmente, para a semana seguinte. Foi deliberado agendar sessões plenárias para os dias 17, 18, 19, 23, 24 e 25 de abril.

O PAR propôs a marcação de declarações políticas para o dia 17 de abril, quarta-feira, recordando que, regimentalmente, cada GP tem direito de as produzir semanalmente.

O Vice-PAR da IL lembrou que na última legislatura as declarações políticas estavam a ser feitas quinzenalmente. O Líder Parlamentar do BE defendeu a manutenção desse entendimento anterior, no sentido de se fazerem declarações políticas quinzenais, apesar da previsão regimental.

O Líder Parlamentar do GP do PSD discordou, referindo que o Regimento, que tinha sido revisto recentemente, previa declarações políticas semanais e não quinzenais por algum motivo, não cabendo à CL fazer interpretações em sentido diferente, sendo certo que quem tem um debate potestativo agendado pode prescindir das suas declarações políticas nessa semana.

O Deputado Pedro Delgado Alves confirmou que se considerou alterar as declarações políticas para quinzenais, mas a alteração não foi feita, o que, no entanto, não era impeditivo de a CL manter a regularidade semanal com flexibilidade.

O PAR concluiu que se seguiria a regularidade semanal regimental das declarações políticas, agendando-as, preferencialmente, para as quartas-feiras, sem prejuízo de uma gestão *ad hoc* flexível, em função do

que se revelasse mais adequado para o debate político. Entretanto, foi deliberado agendar declarações políticas para o dia 17 de abril. Tendo o GP do BE requerido um debate de atualidade sobre o tema «*Muito km para pouco dinheiro: direitos para motoristas e estafetas das plataformas*», preferencialmente, para o dia 17 de abril, foi questionado se se oporia ao respetivo agendamento para o dia seguinte. Não se opondo, o referido debate de atualidade ficou agendado para a sessão plenária do dia 18 de abril.

Seguidamente, o PAR fez referência a que tinham sido apresentados três inquéritos parlamentares, o Inquérito Parlamentar n.º 1/XVI/1.^a (BE) que propõe uma «*comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista do GMG*», o Inquérito Parlamentar n.º 2/XVI/1.^a (PAN) que propõe a «*constituição de uma comissão de inquérito parlamentar ao processo de alteração da propriedade do Global Media Group envolvendo o World Opportunity Fund, Lda.*» e o Inquérito Parlamentar n.º 3/XVI/1.^a (PCP) «*sobre a privatização da ANA Aeroportos*».

Tratando-se de inquéritos parlamentares ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regime dos Inquéritos Parlamentares (Lei n.º 5/93, de 1 de março), recordou que são efetuados mediante deliberação expressa do Plenário tomada até ao 15.º dia posterior à publicação do respetivo projeto no Diário da Assembleia da República e que tem sido prática habitual suspender a publicação em Diário da Assembleia da República da deliberação sobre os inquéritos até ao agendamento para Plenário.

O Líder Parlamentar do GP do PSD salientou que não teria objeção à discussão dos dois primeiros inquéritos, do BE e do PAN, na mesma sessão plenária, mas não no mesmo ponto da OD, uma vez que tinham objetos diferentes, o primeiro sobre a entidade reguladora e o segundo sobre o negócio, a alteração da propriedade.

A Líder Parlamentar do GP do PCP defendeu que, naturalmente, a votação dos referidos inquéritos devia ser feita separadamente.

O Líder Parlamentar do CDS-PP concordou com a votação em separado e o agendamento para o mesmo dia, se os proponentes não viam inconveniente.

Assim, foi deliberado agendar para o dia 19 de abril os inquéritos parlamentares do BE e do PAN e o inquérito parlamentar do PCP para a sessão plenária do dia 23 de abril.

Relativamente à grelha de tempos para a discussão dos inquéritos foi recordado que, na legislatura anterior, a CL tinha considerado que estes devem ter uma grelha *ad hoc*, fixada no momento do agendamento. O PAR questionou se se poderia fixar uma grelha *D*, como tinha acontecido em inquéritos anteriores, mas foi feita referência a que o GT criado pela CL para propor as grelhas de tempos ainda não tinha consensualizado esta grelha.

O PAN solicitou que, qualquer que fosse a grelha, lhe fossem concedidos 3 minutos sem contar com os 2 minutos de encerramento. O Deputado Pedro Delgado Alves lembrou que tal não era possível, regimentalmente, tendo o PAR informado o PAN desse facto.

Tendo ficado pendentes, no final da XV Legislatura, 27 petições, com prazo para agendamento ultrapassado, foi deliberado agendar, para a sessão plenária de 24 de abril, três petições (n.ºs 87, 79 e 13/XV/1.^a), pela ordem cronológica da lista de petições pendentes (distribuída), como é habitual, podendo haver arrastamentos, excecionalmente, até às 18h do dia 15 de abril. Foi também deliberado agendar votações regimentais para o dia 24 de abril.

Tendo o Ministro dos Assuntos Parlamentares (MAP) informado que o Governo entregará à AR o Programa de Estabilidade (PE) 2024-28, no próximo dia 15 de abril, em conformidade com o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental, e devendo a AR proceder à respetiva apreciação no prazo de 10 dias a contar da data da apresentação, foi deliberado proceder ao respetivo agendamento para a sessão plenária do dia 24 de abril, podendo fazer-se arrastamentos de projetos de resolução

até às 18 horas do dia 19 de abril. Foi referido que o PE tinha sido discutido em 2023 com uma grelha A, mas existindo um GT para fixação das grelhas de tempos para os debates em Plenário, foi entendido aguardar pelas propostas do GT para o efeito.

Relativamente à Sessão Solene Comemorativa do Cinquentenário do 25 de Abril, à semelhança do que aconteceu em 2023, foi deliberado atribuir 6 minutos a cada Grupo Parlamentar e 3 minutos à DURP, para as respetivas intervenções, que serão feitas por ordem crescente, seguindo-se os discursos do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República. O PAR solicitou que fossem respeitados os tempos nas intervenções de GP e DURP.

No final deste ponto da OT, o PAR deu ainda nota de que o GP do BE vai realizar as suas Jornadas Parlamentares, nos dias 6 e 7 de maio, e o GP da IL, nos dias 13 e 14 de maio. O Livre informou que fará o seu Congresso nos dias 10, 11 e 12 de maio.

Seguidamente, o PAR deu a palavra ao Deputado Hugo Carneiro (GP PSD) para fazer um ponto de situação sobre os trabalhos do GT, criado na CL de 28 de março, para propor a fixação dos lugares no Hemiciclo, dos espaços de trabalho na AR, o elenco e a composição das comissões e as grelhas de tempos para Plenário para a XVI Legislatura.

Relativamente aos lugares no hemiciclo, o Deputado Hugo Carneiro informou que as questões pendentes tinham ficado resolvidas, tendo o PSD acedido, na última CL, à pretensão da IL no sentido de ficar com três lugares na segunda fila e três na terceira fila, e tendo o PS, na reunião do GT, validado a solicitação do Livre, no sentido de ter dois lugares na segunda fila, sem serem separados pela coxia. Assim, o mapa do hemiciclo consensualizado foi distribuído e aprovado, ficando a fazer parte integrante da presente súmula (anexo I).

No que diz respeito às grelhas de tempos, o Deputado Hugo Carneiro informou que tinham sido apresentadas propostas alternativas à proposta-base dos serviços, tendo sido discutidas na reunião do GT, mas

só tinha sido aprovada a grelha de tempos para os debates europeus (com as propostas do PS e CH) e um aditamento à nota da grelha do Programa do Governo (no sentido de clarificar que o primeiro pedido de esclarecimento, que pode ter a duração de até 5 minutos, tem resposta imediata por parte do Primeiro-Ministro). Estas grelhas foram distribuídas e ficam a fazer parte integrante da presente súmula (anexos II e III). O GT reunirá ainda para tentar consensualizar as restantes grelhas de tempos.

Quanto ao elenco e composição das comissões parlamentares, o Deputado Hugo Carneiro deu conta de que a maioria (com exceção do GP do PS que defendia 15 comissões) entendeu manter 14 comissões como na anterior legislatura, mas transitando as questões da Administração Pública para a Comissão de Orçamento e as dos fundos europeus para a 13.^a Comissão, agora renomeada Comissão da Poder Local e Coesão Territorial.

A Líder Parlamentar do GP do PCP referiu que pretendia deixar expressa a sua posição quanto às comissões, designadamente quanto a ter considerado que a Administração Pública deveria integrar a Comissão de Trabalho, que se deveriam manter as competências da 6.^a Comissão e ponderar a extinção da 13.^a Comissão. Mais referiu que, não ignorando a orgânica do Governo, entendia que a mesma não deveria ser determinante na constituição das comissões, cuja decisão soberana cabia à AR.

O Líder Parlamentar do GP do BE corroborou a posição do PCP relativamente à definição das comissões parlamentares permanentes, acrescentando que o poder local poderia ficar na Comissão de Ambiente.

O Líder Parlamentar do CDS-PP defendeu a criação de uma subcomissão do mar no âmbito da Comissão de Economia.

O Deputado Hugo Carneiro deu conta ainda de se ter registado acordo no GT quanto à composição das comissões, fixando 7 membros do PSD, 7 do PS, 4 do CH, 2 da IL, 1 BE; 1 PCP, 1 L, 1 CDS-PP e 1 DURP PAN e variando as comissões entre um total de 23 e 25 Deputados, em função das preferências manifestadas pelo CDS-PP e pela DURP do PAN. Já

quanto à distribuição da presidência das comissões informou que ainda deverá ser discutida pelo GT nos próximos dias, de modo a poder ser atempadamente preparado o projeto de deliberação sobre o elenco e composição das comissões parlamentares permanentes para votação na próxima 6.ª feira, dia 13 de abril.

O Vice-Presidente Rodrigo Saraiva (IL), suscitou uma questão sobre as súmulas da CL, referindo que, não obstante não ter exatamente uma solução a propor, entendia que se deveria refletir sobre a metodologia de desenvolvimento da súmula, desde o seu envio a todos até à sua publicação e acesso da comunicação social, tendo em conta o seu interesse mediático e por razões de proteção da instituição parlamentar. O PAR solicitou contributos para esse efeito.

Prosseguindo, o PAR recordou que tinha sido distribuída informação detalhada sobre as eleições a realizar para órgãos externos, questionando se os GP estavam em condições de apresentar candidaturas. O Deputado Pedro Delgado Alves referiu que, com exceção do Conselho de Estado, estavam previstas audições dos candidatos para estes órgãos nas comissões parlamentares competentes, pelo que seria mais adequado marcar estas eleições após a instalação das comissões.

Por fim, o PAR solicitou aos GP a indicação de representantes para o Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais e para o Conselho de Direção do Canal Parlamento, do portal da AR e da presença institucional da AR nas redes sociais. O Deputado Pedro Delgado Alves avançou que tendo o GP do PS e o do PSD o mesmo número de Deputados faria sentido usar o método de Hondt para as presidências destes órgãos.

A próxima CL foi agendada para o dia 17 de abril (quarta-feira), às 10 horas e 30 minutos.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.11 (QUINTA-FEIRA) 10:00/15:00 HORAS

Apresentação do Programa do XXIV Governo Constitucional.

Tempos: Grelha própria.

Debate do Programa do XXIV Governo Constitucional.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.12 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Encerramento do debate sobre o Programa do XXIV Governo Constitucional.

Tempos: Grelha própria.

Eventuais votações.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.12 (SEXTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate Preparatório do Conselho Europeu Especial de 17 e 18 de abril, com a participação do Primeiro-Ministro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto).

Tempos: Grelha dos Debates Europeus.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.17 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.18 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de atualidade requerido pelo GP do BE, subordinado ao tema «Muito km para pouco dinheiro: direitos para motoristas e estafetas das plataformas».

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.19 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Inquérito Parlamentar n.º 1/XVI/1.ª (BE): — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista do GMG.

Tempos: Grelha a definir.

Inquérito Parlamentar n.º 2/XVI/1.ª (PAN): — Constituição de uma comissão de inquérito parlamentar ao processo de alteração da propriedade do *Global Media Group* envolvendo o *World Opportunity Fund, Lda*.

Tempos: Grelha a definir.

Votações regimentais às 12 horas.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.23 (TERÇA-FEIRA) 15:00 HORAS

Inquérito Parlamentar n.º 3/XVI/1.ª (PCP): — Inquérito Parlamentar sobre a privatização da ANA Aeroportos.

Tempos: Grelha a definir

Petição n.º 87/XV/1.ª (Marta Manuel Dias Neves de Vasconcelos Marques e outros): — Participação da dieta completa em pó *Modulen* IBD para doentes/pacientes com doença de *Crohn*.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 79/XV/1.ª (Marta da Silva Gameiro e outros): — Petição para a Organização de um Referendo sobre a Adesão de Portugal ao Tratado Pandémico da OMS.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 13/XV/1.ª (ASPE-Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros): — Enfermeiros reclamam descongelamento da carreira e avaliação de desempenho igual aos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.24 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Programa de Estabilidade 2024-2028.

Tempos: Grelha a definir.

Votações regimentais no final do debate.

REUNIÃO PLENÁRIA-2024.04.25 (QUINTA-FEIRA) 11:30 HORAS

Sessão Solene Comemorativa do Cinquentenário do 25 de abril.

Tempos: 6 minutos a cada Grupo Parlamentar e 3 minutos à DURP, pela seguinte ordem — PAN, CDS-PP, L, PCP, BE, IL, CH, PS e PSD.

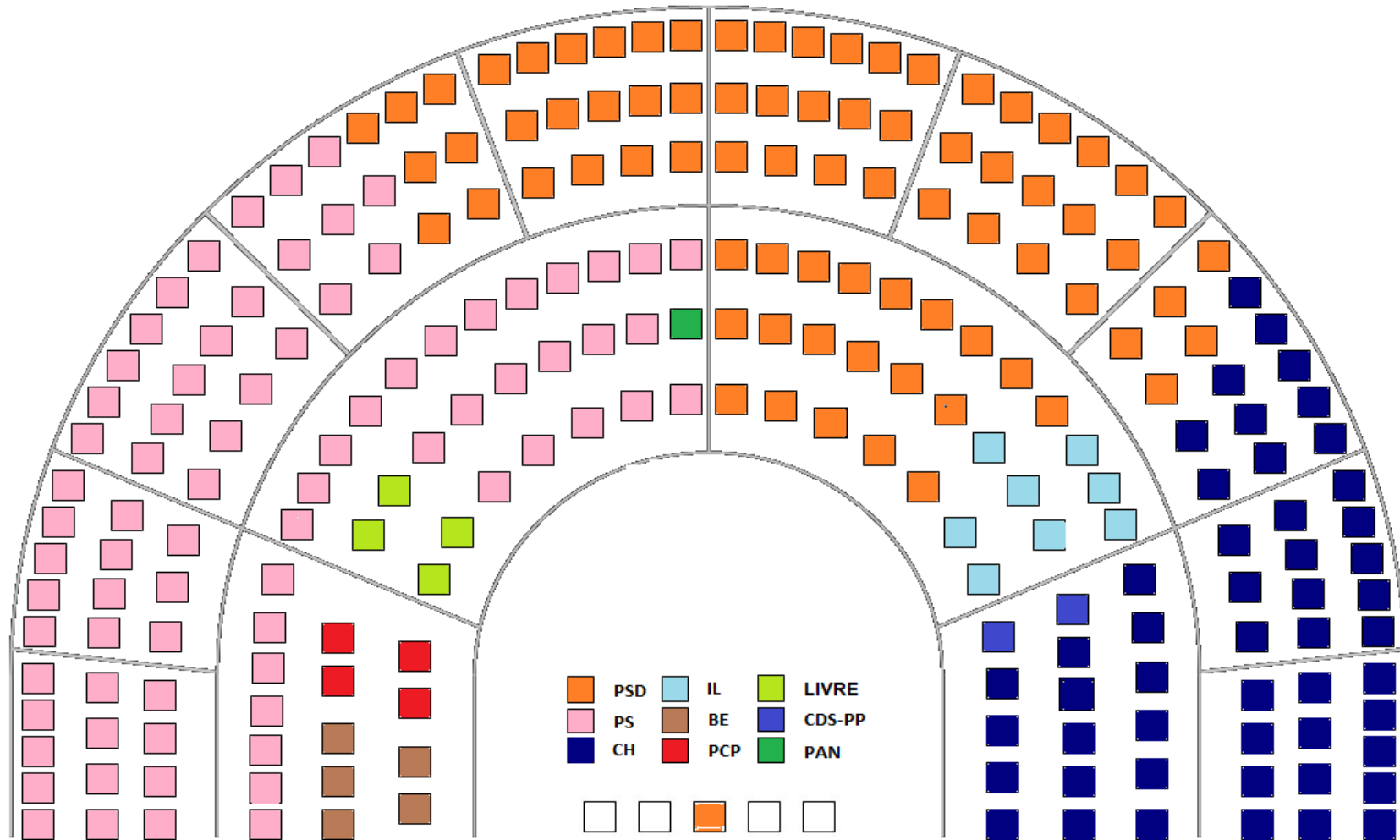


A próxima Conferência de Líderes, realizar-se-á no dia 17 de abril às 10 horas e 30 minutos.

O Deputado Secretário da Mesa,

(Jorge Paulo Oliveira).

Anexo I



Anexo II

PROGRAMA DO GOVERNO

APRESENTAÇÃO	
GOV	Sem limite de tempo
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	
PS	19 m
PSD	19 m
CH	16 m
IL	9 m 30
BE	8 m
PCP	7 m
L	7 m
CDS-PP	5 m
PAN	2 m 30
Total	93 m
Respostas do GOV	93 m

Notas:

A ordem dos primeiros pedidos de esclarecimento é a seguinte:

1.º PS, 2.º PSD, 3.º CH, 4.º IL, 5.º BE, 6.º PCP, 7.º L, 8.º CDS-PP, 9.º PAN.

O primeiro pedido de esclarecimento pode ter a duração de até 5 minutos, com resposta imediata por parte do Primeiro-Ministro.

PROGRAMA DO GOVERNO

DEBATE	
GOV	80 m
PS	46 m
PSD	46 m
CH	39 m
IL	20 m 30
BE	15 m
PCP	13 m
L	13 m
CDS-PP	10 m
PAN	5 m
Total	287 m 30

Notas:

A ordem das intervenções é a seguinte:

1.º PS, 2.º PSD, 3.º CH, 4.º IL, 5.º BE, 6.º PCP, 7.º L, 8.º CDS-PP e 9.º PAN.

O Governo intervirá no debate após a primeira ronda de intervenções dos Grupos Parlamentares e DURP.

As subsequentes intervenções do DURP, GP e do Governo ocorrerão de acordo com a ordem de inscrição.

PROGRAMA DO GOVERNO

ENCERRAMENTO	
PAN	2 m 30
CDS-PP	5 m
L	7 m
PCP	7 m
BE	8 m
IL	9 m 30
CH	14 m
PSD	17 m
PS	17 m
GOV	30 m
Total	117 m

Anexo III

Debates europeus com o Primeiro-Ministro			
(Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento)			
Intervenção inicial PM		8 m	
Perguntas dos Partidos		Respostas do PM	Total Ronda
PSD	8 m	8 m	16 m
PS	8 m	8 m	16 m
CH	6 m 30	6 m 30	13 m
IL	4 m	4 m	8 m
BE	3 m 30	3 m 30	7 m
PCP	3 m	3 m	6 m
L	3 m	3 m	6 m
CDS-PP	2 m 30	2 m 30	5 m
PAN	1 m 30	1 m 30	3 m
Total			88 m

Intervenções por ordem decrescente de representatividade.

CALENDARIZAÇÃO

ABRIL 2023			
DIA 10	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES	10:30 HORAS
DIA 11	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS 15:00 HORAS
DIA 12	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS 15:00 HORAS
DIA 15	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 16	TERÇA-FEIRA		
DIA 17	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 18	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 19	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA	10:00 HORAS
DIA 22	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 23	TERÇA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 24	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 25	QUINTA-FEIRA	SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DO 25 DE ABRIL	11:30 HORAS
DIA 26	SEXTA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 29	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 30	TERÇA-FEIRA		